



LEI Nº 0689/2003

Prefeitura Municipal de Brejão-PE



EMENTA: Fixa normas para a exploração de serviços de táxi, e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BREJÃO-PE, no uso de suas atribuições legais faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A exploração do serviço de transporte de passageiro em táxi subordinar-se-á a prévia permissão pela Prefeitura Municipal, diretamente ou através de órgão público que receber delegação de poderes, reger-se-a pelas normas contidas na presente Lei.

Parágrafo único - Define-se como táxi o veículo automotor destinado ao transporte de passageiros, com retribuição por meio de taxímetro possuidor de bandeira rotativa, atendidas as especificações contidas em ato regulamentar, através de tarifas estabelecidas pelo Município, em consonância com os órgãos Federais de controle de preços.

Art. 2º - O número de táxis no município será proporcional à população, na razão de 01 (um) veículo para 1.200 (um mil e duzentos) habitantes.

§ 1º. Para a aplicação desta norma aqui estatuída, serão tomados por base, os dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º. O número de táxis atualmente licenciados ficará mantido, até que seja alcançada a proporcionalidade antes fixada.

Art. 3º - Somente poderão trafegar táxis com menos de 05 (cinco) anos de fabricação.

Parágrafo Único. Os táxis atualmente em circulação, que tenham mais de 05 (cinco) anos de fabricação, poderão ter renovadas suas permissões, desde que satisfaçam as condições técnicas e aos requisitos de higiene, segurança e conforto ao público, exigidos por leis e regulamentos.

Art. 4º - A permissão para novos veículos obedecerão aos seguintes critérios:

I - Somente será concedida permissão, nos casos de aumento determinado pelo artigo 2º, a veículos com idade máxima de 02 (dois) anos de fabricação, de 02 (duas) ou 04 (quatro) portas.

II - Na hipótese de o número de pretendentes à permissão for superior ao de veículos a ser incluídos, será aplicado o seguinte critério de prioridade:

a) - Para motoristas profissionais autônomos, mediante avaliação de eficiência na profissão e de condições socioeconômicas através de sindicâncias a serem procedidas por comissão idônea nomeada pelo poder pertinente.

I - Na aplicação do disposto na letra "a" deste artigo, em igualdade de condições, terá preferência o motorista que somar maior encargo de família.

II - Havendo número de candidatos superior ao de vagas, em igualdade de condições, a permissão será dada após sorteio entre os pretendentes ou autônomos.



PORTAL DA TRANSPARENCIA MUNICIPAL
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20210518162244.pdf>
assinado por: idUser 83



Prefeitura Municipal de Brejão-PE



Art 5º - É vedada a cessão da permissão, salvo nas seguintes hipóteses:

- Quanto a motoristas profissionais autônomos, por sucessão hereditária, na forma da lei civil;
- No caso da sucessão beneficiar apenas viúva e herdeiros menores, a cessão será permitida a pessoa física, desde que habilitada junto ao poder permitente e autorizada por alvará judicial;
- Quando da invalidez permanente do proprietário ou co-proprietário.

§ 1º - Quando a transferência da concessão, "causa-mortis", beneficiar menor, a permissão continuará até a maioridade, podendo mesmo tornar-se permissionário, atendidas as demais exigências legais, ou, se incapaz, desde que comprovada esta condição, mantendo-se a permissão.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, será permitido dar o veículo em arrendamento a terceiros, devendo o contrato, devidamente formalizado, ser submetido à apreciação do poder permitente.

§ 3º - A inobservância ao que prescreve este artigo, implicará no cancelamento da permissão.

§ 4º - A permissão poderá ser transferida a terceiros, a conveniência dos herdeiros, desde que atenda aos interesses do Poder Público.

Art. 6º - A permissão será cancelada, a requerimento do interessado ou ex-offício, na ocorrência de:

- Falecimento do permissionário autônomo, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo anterior;
- Utilização do veículo para outros fins.

Art. 7º - Enquanto não homologada a partilha dos bens do espólio, fica assegurado ao cônjuge meeiro, herdeiros ou sucessores do permissionário autônomo falecido, o direito de continuar explorando, em nome do "de-cujus", o serviço de transporte de taxi, mediante alvará judicial, desde que tenha motorista regulamentado registrado no veículo.

§ 1º - Concluído o inventário, a critério do poder permitente, o cônjuge sobrevivente ou herdeiro poderá transferir a permissão, observadas previamente as exigências legais e as normas desta lei, devendo ser requerida dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data do término do inventário.

§ 2º - É facultado ao motorista profissional autônomo, e no caso de seu falecimento, ao espólio, viúva e herdeiros, o registro de condutor para veículo, desde que regularmente contratado.

§ 3º - Quando o veículo tocar a adjudicante, em autos de inventário, pode a permissão ser transferida a terceiros, nos termos desta lei, desde que requerida à Prefeitura, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da validade judicial da adjudicação.

§ 4º - A falta de atendimento ao disposto neste artigo, implicará no cancelamento da permissão.

Art. 8º - Fica a Secretaria de Obras e Serviços Públicos autorizada a promover transferências de permissões dos serviços de táxis, desde que satisfeitas as seguintes condições:





Prefeitura Municipal de Brejão-PE



- a) – Os cedentes ficarão com direito de retornar aos serviços de táxis, como permissionários, após 03 (três) anos;
- b) – Os cessionários ficarão com seus direitos de transferir as permissões cedidas suspensos por 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único. As transferências de que trata o caput deste artigo, somente serão permitidas, se as causas determinantes forem justificas e se, compatíveis com interesse público.

Art. 9º - Fica permitida a permuta de veículos - táxis entre permissionários, desde que não envolva as respectivas permissões.

Art.10 – As transferências de permissões e as permutas de veículos – táxis somente serão efetivas, mediante previa autorização da Secretária de Obras e Serviços Públicos, desde que aprovadas por entidade oficial da categoria dos taxistas.

Art. 11 – O Secretário de Obras e Serviços Públicos manterá rígido controle sobre as transferências de permissões por ato inter-vivos.

Art. 12 – No disciplinamento do serviço de transporte de passageiros em táxis, o poder permitente poderá impor progressivamente as seguintes penalidades:

- a) – Multa;
- b) – Suspensão;
- c) – Cancelamento da permissão.

Art. 13 – A padronização dos táxis no município será determinada em regulamento, pelo poder permitente, quando da renovação da frota.

Art. 14 – Os condutores de táxis deverão trabalhar aseados, decentemente trajados, ficando o Executivo Municipal autorizado a baixar as respectivas normas disciplinadoras.

Art. 15 – Os condutores de táxis ficarão obrigados a participarem de cursos de capacitação, promovidos pelo Departamento de Trânsito do Município, com finalidade de prestarem um bom atendimento aos turistas e a população do Município.

Art. 16 – Os Cursos de capacitação, para os condutores de táxis deverão ser realizados, quando da renovação anual da permissão.

Art. 17 – A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias.

Art. 18 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, pelo que revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Custodio das Neves, 29 de Abril de 2003.,


SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA
Prefeito

